

Sobre a Condenação do Magnetismo Animal: Revisitando a História da Psicologia

Maurício da Silva Neubern¹
Instituto Milton H. Erickson de Brasília
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO – O presente trabalho procura desenvolver uma reflexão crítica sobre o processo de condenação do magnetismo animal. Partindo de uma crítica às versões lineares e progressistas da história da Psicologia, nas quais o magnetismo é excluído ou pouco explorado, o artigo busca atingir dois objetivos. Primeiramente, questionar alguns dos pressupostos típicos das versões históricas dominantes, como a idéia de que o magnetismo não teria resistido às exigências da metodologia científica. Em segundo lugar, oferecer uma alternativa de compreensão deste processo calcada na idéia de que a rejeição ao magnetismo animal ocorreu, em parte, devido à oposição de princípios epistemológicos existente entre este e o projeto moderno de ciência. O artigo é concluído destacando o caráter acidental do nascimento do espaço psicológico a partir desta condenação, a diversidade de razões nela presentes e questiona a noção de progresso típico ao projeto moderno de ciência que inspirou o nascimento da Psicologia.

Palavras-chave: história; epistemologia; magnetismo animal; subjetividade.

On the Condemnation of Animal Magnetism: Reviewing the History of Psychology

ABSTRACT – The following article intends to develop a critical reflection about the process of condemnation of animal magnetism. From a critical stand to the linear and progressive versions of the history of Psychology, in which magnetism is excluded or little explored, the article seeks to achieve two objectives. First, to question a few typical surmises of the dominant historical version, such as the idea that animal magnetism would not have resisted the requirements of scientific methodology. Second, to provide an alternative to comprehend the process based on the idea that the rejection of animal magnetism occurred in part, due to the opposition of existing epistemological principles between this and the modern project of science. The article concludes by pointing out the accidental character of the birth of the psychological field as from that condemnation, the adversity of reasons that it complies, and questions the notion of typical progress to the modern project of science that inspired the birth of Psychology.

Key words: epistemology; animal magnetism; subjectivity.

O período histórico dos magnetizadores franceses, que abrangeu o fim do século XVIII e boa parte do XIX, geralmente é marcado pela imprecisão e obscurecimento em importantes referências históricas da Psicologia. Em alguns autores, tal período aparece como um momento pré-científico, cujas idéias ainda imbuídas de senso-comum e misticismo dariam lugar posteriormente a sistemas mais coerentes com o projeto moderno de ciência (Barrucand, 1987; Figueiredo, 1992; Morel, Bourgeron & Roudinesco, 2000; Rosenfeld, 1993; Roudinesco, 1986). Outros chegam a considerá-lo como um momento marcado pela ignorância e mesmo pelo charlatanismo, um momento no qual sistemas pseudo-científicos buscavam ser legitimados, apesar de não possuírem condições para tanto (Gay, 1989/2001; Leahey, 1997). Já outras referências parecem não lhe conferir maiores atenções, pois começam apontando possíveis raízes históricas entre os gregos e romanos, levantam possíveis precursores entre filósofos cristãos da Idade Média e figuras da Renascença e dão um grande salto até o fim do século XIX, com os primeiros autores de relevo da Psicologia

Experimental, deixando uma lacuna de mais de um século (Benjafeld, 1996; Danziger, 1990; Mueller, 1978; Viney & King, 1998). Semelhantes idéias sugerem um percurso linear, progressista e cumulativo, como se a Psicologia surgisse das sombras da ignorância e da superstição e finalmente atingisse a condição de legitimidade científica (Carroy, 1991; 1993; Méheust, 1999; Neubern, 2006) de maneira que, no caso específico dos magnetizadores, o período histórico geralmente é visto como uma fase de imensa fragilidade racional que precisou ser superada para que as luzes da razão se fizessem definitivamente triunfantes.

Nesse sentido, a figura de Franz Anton Mesmer², criador da proposta terapêutica do magnetismo animal ou mesmerismo, também é submetida às mesmas tendências históricas. Embora seja citado com certa frequência (Barrucand, 1987; Leahey, 1997; Morel & cols., 2000; Roudinesco, 1986), existe uma con-

1 Endereço: Instituto Milton H. Erickson de Brasília, SEPS 707/907, Ed. San Marino, sala 227/228, Brasília, DF, Brasil 70330-700. E-mail: mneubern@hotmail.com

2 Franz Anton Mesmer (1734-1815), médico austríaco, foi o criador do magnetismo animal. Sua tese de doutorado defendida ainda em Viena, sobre a influência dos planetas no corpo humano, acabou dando origem à idéia de um fluido universalmente expandido que poderia ser transmitido de um indivíduo a outro e, portanto, ser utilizado para cura. Entre humanos esse fluido foi batizado como magnetismo animal (Crabtree, 1993; Ellenberger, 1970; Laurence & Perry, 1988).

siderável incoerência na forma como é situado, pois, ao mesmo tempo em que é apontado como um precursor da Psicologia cujas idéias não resistiram ao rigor científico, pouco se sabe sobre suas obras que raramente são citadas e discutidas; sobre o contexto histórico de sua trajetória; sobre seus discípulos e antagonistas; sobre suas relações com a sociedade francesa; sobre suas bases epistemológicas; e ainda sobre as vicissitudes institucionais que culminaram com a condenação do magnetismo animal. Nesse sentido, Figueiredo (1992) considera que a autoridade das comissões científicas nomeadas para julgarem a proposta do magnetismo animal, em que havia nomes como Franklin e Lavoisier, teria sido suficiente para que o magnetismo animal fosse rejeitado pela exigência científica. Entretanto, o autor não descreve os detalhes do processo, as bases sobre os quais foi construído e nem aspectos importantes, como a dissidência de Jussieu (1826/2004), que mereceriam uma discussão mais aprofundada. Tal autor, seguindo as tendências dominantes da história da Psicologia, acaba por corroborar as versões que confirmam a condenação da proposta de Mesmer em nome da racionalidade científica sem, contudo, discutir criticamente os meandros do processo.

Em suma, as versões dominantes da história da psicologia sustentam que o magnetismo animal não resistiu às exigências do rigor científico, de modo a colocar o problema apenas em termos da experimentação utilizada (Barrucand, 1987; Figueiredo, 1992; Morel & cols., 2000; Roudinesco, 1986). Situam a condenação como um processo restrito exclusivamente ao procedimento experimental, considerando que, como tal sistema não foi capaz de atender as exigências científicas, com o tempo, apareceram outros sistemas mais racionais e consistentes que poderiam, enfim, ser legitimados. Sendo assim, uma vez que o magnetismo animal se apresentava como um sistema suspeito e inconsistente em sua legitimidade científica, torna-se possível conceber que as ligações históricas com o mesmo passaram a ser evitadas e até indesejadas, como se a Psicologia enquanto ciência não devesse possuir qualquer relação significativa com ele.

Também é possível sustentar que a manutenção de vínculo com uma prática tão suspeita pudesse implicar em máculas ao projeto de ciência da Psicologia, conquistado após árduas batalhas (Crabtree, 1993; Ellenberger, 1970; Méheust, 1999). Não foi sem razões que as distorções, lacunas históricas e denominação de outros mestres fundadores, condizentes com os paradigmas dominantes da ciência, tenderam quase sempre a confirmar essas versões históricas (Carroy, 1991; 1993; Méheust, 1999; Neubern, 2006). Bertrand, com a publicação de seu *Traité du Somnambulisme* em 1823 (citado em Carroy, 1991), propõe uma Medicina da imaginação ou Psicologia meio século antes de Wundt, embora este seja geralmente considerado como referência central para o início desta ciência.

Sendo assim, o presente artigo procederá a uma análise crítica de alguns momentos decisivos da condenação do magnetismo animal³ com o seguinte objetivo: desenvolver um questionamento crítico sobre alguns pressupostos das

versões dominantes e progressistas da história da Psicologia, como a coerência do processo de avaliação e a concepção de que tal processo foi estritamente restrito aos procedimentos experimentais. Parte-se aqui da premissa de que, imbuídas do ideal de abraçar o projeto moderno de ciência, as comissões que julgaram o magnetismo animal procederam a um conjunto de estratégias de desqualificação (Stengers, 1995) que visavam impedir o reconhecimento científico da proposta de Mesmer. Embora tais estratégias possuíssem estreitas relações com o cenário social e cultural da época (Dartnorn, 1968; Laurence & Perry, 1988), será conferida maior ênfase na idéia da incompatibilidade epistemológica entre o magnetismo animal e o projeto moderno de ciência. Nesse sentido, considera-se que o magnetismo animal se constituiu num sistema de idéias (Morin, 1991), isto é, uma constelação de conceitos que se mostrou incompatível com as perspectivas modernas de ciência que preconizavam um acesso direto, privilegiado e revelador da realidade, como a explicação a predição e o controle da natureza (Demo, 1998, 2000; Santos, 1987, 2000; Stengers, 1995). Assim, conceitos, como fluidos, vontade e moral não encontraram qualquer respaldo e reconhecimento diante dos procedimentos experimentais utilizados pelas comissões para averiguar sua proposta de cura. Por fim, assume-se que a discussão levantada sobre o passado assenta-se em critérios contemporâneos, já que, apesar de toda a influência sócio-cultural da época, o projeto moderno de ciência mantém certa a-temporalidade de um ponto de vista epistemológico (Chertok & Stengers, 1989; Stengers, 1995).

Uma última ressalva deve ser feita sobre a finalidade deste trabalho: trata-se de uma análise epistemológica e crítica sobre a condenação do mesmerismo e não de um estudo historiográfico ou de uma discussão sociológica. Assim, apesar da considerável importância de tais formas de pesquisa e reflexão, é importante destacar que os limites aqui propostos não as incluem. Parte-se aqui do pressuposto levantado por Stengers (1995) de que a condenação do magnetismo animal constituiu-se num marco na história da ciência, pois concretizou as aspirações de adequar a Medicina ao projeto moderno de ciência. Daí derivaram práticas sociais importantes, como os estudos sobre o placebo e uma série de estratégias de desqualificação ainda presentes na construção da Psicologia e da Psicoterapia (Chertok & Stengers, 1989) e na forma de se ensinar e transmitir essa história nos núcleos de formação dessa ciência (Méheust, 1999; Neubern, 2006).

A chegada a Paris e o sonho impossível

Desde sua chegada à Paris em 1778, Mesmer trazia consigo a grande ambição de que sua proposta terapêutica, o magnetismo animal, fosse reconhecida pelas instituições científicas (Bersot, 1853/2005; Bertrand, 1826/2004; Crabtree, 1993; Ellenberger, 1970; Laurence & Perry, 1988). Essa mesma ambição já havia resultado em sofrimentos bastante consideráveis ainda em Viena, que variaram de sérios desentendimentos com os corpos científicos a acusações de ilusionista a charlatão. Entretanto, após um período de retiro tratando da intensa depressão resultante dessas batalhas, Mesmer voltou-se para a capital francesa, onde gostaria de ser reconhecido, ao mesmo tempo, como o descobridor do

3 A presente análise será restrita à primeira condenação do magnetismo animal, ocorrida em 1784. As condenações ocorridas no século XIX, muito mais incisivas e devastadoras, podem ser apreciadas em Carroy (1991), Edelman (1995) e, sobretudo, Méheust (1999).

magnetismo animal e ver sua descoberta debatida e pesquisada pelos cientistas, a fim de que esta pudesse ganhar seu lugar de cidadania entre os conhecimentos respaldados pelas instituições científicas da época. Amparando-se na crença de estar de posse de uma célebre descoberta, destinada a revolucionar a Medicina, e em vários casos bem sucedidos, Mesmer (1779/2005) erguia-se confiante para submeter sua proposta ao rigoroso crivo dos cientistas franceses.

O magnetismo animal, cuja proposta atraía numerosas pessoas das diversas classes sociais, baseava-se na crença de que existe um fluido universalmente difundido que poderia ser transmitido entre os seres humanos, principalmente com propósitos terapêuticos (Mesmer, 1779/2005). Seus procedimentos, cada vez mais presentes no imaginário social, consistiam no uso de um instrumento curioso, o *baquet*, que era uma espécie de tina de madeira cheia de água magnetizada de onde partiam cordas a serem seguradas pelos pacientes. O cenário de tratamento era, portanto, bastante distinto dos padrões convencionais do hospital: os pacientes, portadores de males diversos, reuniam-se em torno do *baquet* para receberem a transmissão do fluido por meio das cordas que deveria ser impulsionada pela vontade do magnetizador e por outros facilitadores, como a música de orquestra executada no mesmo salão de tratamento (Crabtree, 1993; Deleuze, 1813/2004; Ellenberger, 1970; Laurence & Perry, 1988). O magnetizador, semelhante a um maestro de orquestra, poderia usar um pequeno bastão de ferro a fim de conduzir com mais precisão a transmissão do fluido. Em meio a tal processo, alguns pacientes poderiam desenvolver crises semelhantes a convulsões que eram consideradas como prenúncio de cura. Sendo executado com frequência e por meses a fio, tal processo permitiria o restabelecimento da economia magnética do organismo, resultando na cura de diversos tipos de patologia. O que parecia ser ambicioso em tal proposta era a idéia do magnetismo animal como um princípio único, subjacente ao adoecimento e à cura, que, se manipulado corretamente, poderia conduzir à remissão de doenças até então tratadas sem sucesso pelos métodos convencionais.

Entretanto, crendo-se descobridor de uma verdade da natureza, Mesmer parecia não ter dimensão das oposições que o aguardavam por parte das instituições oficiais, com as quais as relações variaram de difíceis negociações a rejeições sistemáticas (Bertrand, 1826/2004; Crabtree, 1993). É certo que muitos fatores concorreram para uma imagem pejorativa do magnetismo animal, a começar por sua associação assumida com a maçonaria (Darntorn, 1968; Laurence & Perry, 1988) e um parentesco não assumido com os sistemas renascentistas (reconhecidos como não científicos) como os de Von Helmholtz, Pomponazzi, Paracelsus e Maxwell (Bertrand, 1826/2004; Deleuze, 1813/2004; Méheust, 1999). Além disso, a visibilidade que conferia à mulher, numa época em que esta era confinada ao espaço doméstico e privado (Edelman, 1995), suas relações intensas com doutrinas espiritualistas (Bergé, 1995), e seus ideais anti-colonialistas (Bellet, 2002) trouxeram-lhe muitos inimigos em importantes setores sociais, como a Igreja e o Estado.

Contudo, numa perspectiva epistemológica, é possível considerar que o sistema de Mesmer se encontrava em

gritante contradição com o projeto moderno de ciência, fundamentada numa perspectiva isomórfica de conhecimento do real, isto é, uma perspectiva de um acesso direto, linear e além das aparências que permitia conceber a ciência como um conhecimento privilegiado capaz de revelar a realidade (Demo, 1998, 2000; Stengers, 1995). Por um lado, o magnetismo animal buscava se revestir de um discurso científico, desvincilhando-se de práticas como a bruxaria e o espiritualismo aos quais desqualificava em nome de uma explicação mais racional. Foi assim que Mesmer não hesitou ao explicar as curas espetaculares do padre exorcista Gassner, desconsiderando a hipótese de influência demoníaca em função de sua habilidade intuitiva de manipular o magnetismo animal (Ellenberger, 1970; Laurence & Perry, 1988). Por outro lado, o magnetismo não conseguia efetivar o princípio isomórfico do paradigma dominante em que seria necessária a separação sujeito-objeto, o que o colocava sempre sob a suspeita da simulação e da fraude. Esse fantasma que atormentou sobremaneira sua sucessora, a hipnose, não permitia conceber se os resultados trazidos pelo magnetismo seriam produtos de complacência ou uma legítima revelação da realidade (Chertok & Stengers, 1989; Stengers, 2001, 2002). Nesse sentido, o problema ainda é atual, como destaca Mannoni (citado em Stengers, 1995, p. 191):

É preciso esperar o “gênio”, aquele que fará da hipnose um objeto de ciência. Enquanto se tratar de um fenômeno “incômodo”, sem caracterização positiva, seu interesse não é “uma causa a ser defendida”, ele não tem autoridade para questionar as categorias de práticas que, elas sim, conquistaram o poder de definir seu objeto.

Especificamente neste ponto é possível conceber que tal barreira tenha sido criada pelas próprias origens renascentistas do magnetismo animal que se opunham às propostas modernas de conhecimento científico. As doutrinas renascentistas, como as de Paracelsus⁴, eram profundamente imbuídas de subjetividade, na qual o conhecimento deveria ocorrer pela identificação e semelhança do homem com o mundo (Koyré, 1971). Diferentemente do projeto moderno de ciência, para quem a separação sujeito-objeto era fundamental (Demo, 1998; Fourez, 1991/1995; Stengers, 1995), o conhecimento em Paracelsus se construía pela identificação e pela semelhança entre o homem e o mundo, uma vez que ambos seriam formados pelos mesmos constituintes. Além disso, enquanto o mundo moderno se compunha por leis mecânicas e gerais e corpos inertes passíveis de quantificação (Prigogine & Stengers, 1979), o mundo de Paracelsus se compunha por processos qualitativos, como vida e natureza

4 Aureolus Teophrastus Bombastus Paracelsus (1493-1591) médico alemão e renascentista foi um dos primeiros a buscar integrar os conhecimentos precusores da ciência moderna a conhecimentos de tradições antigas, como astrologia e alquimia, profundamente imbuídos de subjetividade. Segundo Paracelsus, como o universo era formado por Deus, espírito e matéria e o homem por alma, éter e corpo. Haveria uma profunda identificação entre ambos, o que permitira o conhecimento da realidade pelo homem (Koyré, 1971).

e suas variadas criações inteligentes, como espíritos, elfos e salamandras (Koyré, 1971).

Nesse sentido, embora o sistema de Mesmer houvesse se exorcizado de muitos desses habitantes, travestindo-se de certa objetividade, o teor subjetivo permaneceu marcante por meio de processos imponderáveis e qualitativos como fluido, vida e natureza e, principalmente devido a uma relação de identificação entre o sujeito e seu objeto de estudo, sempre ligados, fosse pelos laços magnéticos, fosse por princípios epistemológicos (Méheust, 1999). Não foi sem razões que a imponderabilidade do fluido magnético, que só se conhecia por seus efeitos nas curas, mas não era perceptível aos sentidos humanos, foi um obstáculo decisivo no julgamento de seus adversários (Bertrand, 1826/2004). Portanto, um fluido imponderável e incerto trazia sérios obstáculos a noções caras ao projeto moderno de ciência, uma vez que furtava-se ao controle, principalmente no que se refere ao *setting* experimental, não possibilitava a predição, uma vez que a ocorrência dos fenômenos parecia aleatória, e acabava impossibilitando a quantificação. Por sua própria organização epistemológica, é possível conceber que o magnetismo animal afigurava-se, nesse sentido, não apenas como um sistema incapaz de cumprir com as exigências do projeto moderno de ciência, mas, sobretudo, como um paradigma rival do mesmo que se opunha a suas principais noções fundadoras deste (Méheust, 1999).

Semelhantes reflexões provavelmente passaram longe da percepção de Mesmer, como de seus discípulos e antagonistas, durante as situações de batalha que se desenharam em torno do magnetismo animal. Isto porque as discussões epistemológicas desse tipo foram produtos típicos do século XX e ainda não existiam em tal época em que a própria noção de ciência era talvez muito mais restrita que na atualidade, na qual, em grande parte devido às ciências humanas e sociais, tornou-se muito mais fácil falar em ciências (e não apenas em ciência) e paradigmas científicos (Chalmers, 1983/2006; Demo, 2000; Fourez, 1991/1995; Latour, 1995; Santos, 1987; 2000; Stengers, 1999). Assim, os dispositivos de defesa dos sistemas de idéias dominantes tornaram-se mais ativos (Morin, 1991), pois, mesmo não possuindo uma atitude reflexiva, os protagonistas dessa batalha pareciam agir imbuídos de uma diretriz que sinalizava a necessidade de eliminar tal ameaça a qualquer custo. Havia uma espécie de barreira na qual era presente e forte a idéia de que o magnetismo animal devesse ser rejeitado e condenado antes mesmo de ser julgado, uma barreira anterior à metodologia que a permeava de modo a garantir uma aparência racional a uma reprovação que já estava de antemão lançada.

A fragilidade do julgamento

Os últimos anos anteriores à revolução francesa apresentavam um contexto um tanto polêmico no tocante ao magnetismo animal (Darntorn, 1968; Ellenberger, 1970; Laurence & Perry, 1988). Se, por um lado, a proposta de Mesmer fazia adeptos e clientela entre a alta burguesia e a nobreza, por outro, as instituições mais influentes da França, como a Igreja, o Estado e as academias de ciência alimentavam cada vez mais uma grande insatisfação quanto à mesma. Numerosos panfletos anônimos ou assinados por nomes eminentes per-

corriam os círculos intelectuais, principalmente com o intuito difamatório que variava entre acusações de charlatanismo, assédio sexual ou pactos demoníacos (Bersot, 1853/2005; Deleuze, 1813/2004; Laurence & Perry, 1988). Semelhante efervescência, associada aos problemas epistemológicos já destacados, contribuiu sobremaneira para a construção de uma atitude de prevenção sistemática ao magnetismo animal nas instituições científicas, uma prevenção tão persistente que poderia se aproximar mesmo da rejeição.

Os numerosos incômodos e polêmicas desenvolvidos a partir do tema levaram o rei Louis XVI a nomear duas comissões científicas para averiguar a validade do magnetismo animal, como sempre fora desejado por Mesmer. Entretanto, o contexto que se desenhou, principalmente pela escolha dos membros das comissões, era sobremaneira desfavorável para que um julgamento aberto e sem prevenções fosse efetivado. Primeiramente, além do pouco conhecimento de seus membros sobre o magnetismo animal, que poucas vezes o haviam observado, estes não constavam entre os simpatizantes da causa magnética (Laurence & Perry, 1988). Mais que isso, demonstravam-se pouco propícios a compreender que o magnetismo animal consistisse em um campo de estudos com exigências metodológicas distintas daquelas com as quais estavam habituados a lidar (Bertrand, 1826/2004; Deleuze, 1813/2004). Em segundo lugar, as relações entre Mesmer e as instituições escolhidas pelo rei já haviam passado por situações conflituosas nas quais sua reputação havia ficado bastante desgastada (Bersot, 1853/2005; Bertrand, 1826/2004; Deleuze, 1813/2004). Na própria *Faculté de Médecine*, um ilustre discípulo de Mesmer, d'Eslon havia sido severamente criticado em público, suspenso e ameaçado de exclusão de seus quadros após sua apresentação de tal proposta terapêutica.

Sob este contexto refratário, duas comissões foram nomeadas em 1784 para que a referida avaliação pudesse ocorrer (Bertrand, 1826/2004). A primeira comissão, de 12 de março, era composta por Borie, Sallin, d'Arcet e Guillotin (da *Faculté de Médecine*) e por Bailly, Lavoisier, LeRoy, Bory e o então embaixador americano, Benjamin Franklin (da *Académie des Sciences*). A segunda comissão, de 5 de abril, era composta por membros da *Société Royale de Médecine*, como Poissonnier, Caille, Mauduyt, Andry e o naturalista Laurent de Jussieu. Colocando-se a estudar o trabalho de d'Eslon, dissidente de Mesmer e membro da *Faculté de Médecine*, as comissões utilizaram vários procedimentos de cegos e duplo-cegos, nas quais um sujeito ingênuo deveria entrar no estado de crise diante de um objeto magnetizado (que variou de uma árvore a uma xícara de chá) dentre vários objetos não magnetizados ou ser magnetizado sem seu conhecimento (Bailly, 1826/2004a). A idéia da comissão era a de que, caso o agente desconhecido existisse, ele deveria ser detectado por meio da crise independente de o sujeito ser informado de sua presença, o que não ocorreu em nenhuma das ocasiões. De um modo geral, seria possível sintetizar o parecer das comissões nas palavras de Bailly (1826/2004a, pp. 111-112), relator do processo:

O toque, a imaginação e a imitação são as verdadeiras causas atribuídas a este agente novo, conhecido sob o nome de magnetismo animal, a este fluido que se diz circular nos corpos

e se comunicar de indivíduo a indivíduo (...) Este fluido não existe (...) Há razões para crer que a imaginação é a principal causa dentre aquelas que se destacaram acima. Percebeu-se, pelas experiências citadas, que ela é suficiente para produzir as crises. A pressão e o toque parecem, assim, servir-lhe como preparação; é pelo toque que os nervos começam a se excitar e a imitação comunica e expande suas impressões. Mais é a imaginação, esta potência ativa e terrível que opera os grandes efeitos que se observa com espanto nos tratamentos públicos.

A opção pela negativa, porém, contava ainda com duas outras facetas. A comissão entregou ao rei um relatório secreto, também redigido por Bailly (1826/2004b) no qual se alertava para os riscos de que o magnetismo animal fosse usado para perverter sexualmente as mulheres. Estas, consideradas frágeis e suscetíveis à influência devido à sensibilidade de seus nervos, eram concebidas como vítimas potenciais da prática de mesmerismo, na qual o médico poderia se impor à sua vontade e comprometer sua decência. Mas a outra faceta importante nesse processo foi a dissidência de Jussieu (1826/2004) que, insatisfeito com a metodologia empregada pelas comissões, desenvolveu um estudo paralelo, fundamentado na observação de campo. Embora descartasse a teoria do magnetismo animal e concordasse que agentes como imaginação, imitação e toque contribuíssem para os efeitos observados, Jussieu (1826/2004) constatou ainda a presença de um agente desconhecido, ao qual designou como calor animal. Suas conclusões chegaram a tanto, principalmente, devido a algumas poucas circunstâncias em que pacientes que não percebiam sua presença (como no caso de uma paciente cega) apresentavam sensações nas partes do corpo que ele designava a distância sem o conhecimento dos mesmos, apontando com seu pequeno bastão de ferro.

Diante de tais conclusões, Jussieu (1826/2004) não se colocava contrário à prática do magnetismo animal, pois considerava que o médico poderia usar os procedimentos que julgasse adequados para curar seus pacientes, desde que os publicasse para a apreciação da comunidade científica. Em contrapartida, seus colegas das comissões o consideraram uma prática nociva e baseada em um princípio ilusório que deveria ser banida da sociedade, o que recaiu sobre os adeptos do mesmerismo como um duro golpe. Muitos professores da *Faculté de Médecine*, por não acatarem os termos da proibição e da recusa pública a tal prática, foram expulsos de seus quadros (Bertrand, 1826/2004; Deleuze, 1813/2004). Tamanho foi o impacto dessas conclusões que, durante as seguintes três décadas, qualquer referência ao magnetismo animal poderia resultar em sérias conseqüências e, mesmo após a retomada do segundo grande movimento de magnetismo liderado por Puységur, a prevenção das principais instituições sociais não havia se modificado substancialmente (Carroy, 1991; Deleuze, 1813/2004; Méheust, 1999).

O que se destaca no julgamento de 1784 é que as conclusões produzidas pelas comissões assumiram um caráter de tal absolutismo que impediram qualquer discussão crítica sobre seus procedimentos e inevitáveis contradições (Chertok, 1989; Chertok & Stengers, 1989). A força do parecer de homens tão respeitáveis, representando instituições de grande prestígio, impôs-se com tal veemência que as diversas incoerências observadas ao longo das avaliações

foram lançadas na obscuridade sem que houvesse espaço para que as vozes oponentes tomassem assento no debate. Uma vez que a vitória havia se concretizado numa instância oficial, permanecia a representação do magnetismo como uma quimera ou doutrina de moral duvidosa, impedindo qualquer observação crítica sobre o processo que havia levado a tais conclusões. Entretanto, as várias contradições presentes ao longo da avaliação permitem sugerir que tal autoridade não se deu exatamente em nome de propostas metodológicas, pois as fragilidades aí encontradas foram numerosas. Um primeiro aspecto nesse sentido pode ser destacado considerando as relações entre a metodologia proposta e as exigências da realidade estudada. As comissões haviam proposto um conjunto de procedimentos que busca averiguar, por meio da experiência positiva, a existência do agente desconhecido de maneira que, por meio do controle de variáveis, os comissários pretendiam constatar se os efeitos produzidos ocorreriam em função do dito agente ou de algum outro fator (Bertrand, 1826/2004; Deleuze, 1813/2004). Tal perspectiva colocava-se, certamente, como uma abordagem possível do problema, *já que havia se mostrado pertinente em vários contextos de experimentação científica*. Porém, o que passava ao largo da concepção dos comissários era a possibilidade de que o fenômeno estudado possuísse outras exigências metodológicas, de maneira que as experiências propostas talvez não possuíssem qualquer relação pertinente com o mesmo. O problema epistemológico aqui apresentado poderia, portanto, assemelhar-se ao seguinte: o que não respondesse aos métodos confiáveis da ciência correria o risco de ter sua própria existência negada. É possível que, nesse sentido, o próprio ideal de modernidade influenciasse consideravelmente essa forma de conceber a ciência, uma forma que passava pela idéia de um método único de acesso ao real e, portanto, de uma pretensão de unidade da ciência que, na prática, jamais se concretizou (Demo, 1998; Fourez, 1991/1995; Santos, 2000; Stengers, 1999). Sendo assim, o que havia na rejeição a Jussieu (1826/2004), acolhido apenas pelos magnetizadores como um último fio de esperança, não era apenas a desqualificação de suas conclusões, mas a de seus próprios aportes metodológicos e epistemológicos. As comissões criadas pelo rei deram ensejo para que uma verdadeira batalha ocorresse entre duas racionalidades distintas e que apenas uma, condizente com as aspirações institucionais e epistemológicas dominantes, saísse vitoriosa e tivesse sua legitimidade reconhecida.

Desse modo, mesmo que a reivindicação dos magnetizadores parecesse absurda, a do reconhecimento de um fluido magnético, ela possuía sua razão de ser caso se considerasse o autoritarismo conferido ao método. A idéia de que o referido agente não poderia ser captado pelos sentidos da percepção e que apenas alguns indivíduos poderiam manifestar sensações físicas como efeitos de sua ação não consistia em si mesma numa crítica despropositada aos procedimentos adotados. Ela remetia a exigências metodológicas de uma ordem distinta, talvez próximas às da clínica (Levy, 1997), em que o referido fluido pudesse ser avaliado por meio de seus efeitos ao ser empregado ao longo de um processo terapêutico dentro de uma faixa de tempo e não em intervenções pontuais e isoladas, como se deu, sem a criação de um *rapport* entre médico e paciente. Por tal razão, tanto Mesmer

como d'Esilon esperavam que a pesquisa de seus trabalhos ocorresse no contexto clínico, onde seria possível avaliar, passo a passo, a evolução do tratamento de alguns doentes submetidos ao magnetismo animal (Bersot, 1853/2005; Bertrand, 1826/2004; Deleuze, 1813/2004; Ellenberger, 1970). Sendo assim, torna-se possível questionar se a criação de um tal contexto experimental – alheio às diferenças individuais e distante de uma observação mais cuidadosa do fenômeno em sua ocorrência natural e suas necessidades de pesquisa – pudesse ser concebida como a única metodologia possível no julgamento em questão. Fazendo-se coro com Méheust (1999), destaca-se que noções consagradas na Psicologia atual, como a de libido (Freud, 1916/1996) jamais seriam legitimadas por semelhante metodologia.

No entanto, foi o problema da imaginação que se afigurou como o mais espinhoso e contraditório nas conclusões finais das comissões (Chertok & Stengers, 1989; Méheust, 1999). Isto porque, caso as comissões se mantivessem numa perspectiva que se restringisse à negativa, não deveriam designar uma causa tão traiçoeira, mas simplesmente considerar que a hipótese do agente desconhecido não teria resistido ao experimento. Porém, ao evocarem a imaginação como causa dos fenômenos estudados, as comissões se enredaram em uma enorme gama de contradições, que, por sua fragilidade, justificou o emprego da força para silenciar oponentes que tentassem denunciá-las. Um primeiro problema se deu pelo fato de que, se a imaginação surgiu inesperada como uma variável parasita, seria necessário que fosse definida, isolada e submetida ao *setting* proposto, o que efetivamente não ocorreu. Os membros das comissões a conceberam como causa sem, no entanto, a definirem operacionalmente e menos ainda explicar seus curiosos modos de ação de maneira que os fenômenos atribuídos ao mesmerismo permaneceram obscuros ao terem sua origem relacionada a uma causa tão misteriosa quanto o fluido.

Nessa mesma linha de reflexão, o segundo problema derivado da imaginação como causa é o de reconhecê-la como um processo terapêutico altamente eficaz. Os relatos clínicos de nomes como Puysegur (1784/2001) e Esdaile (1846/1989) registram casos e intervenções bem sucedidas que compuseram uma célebre e longa tradição terapêutica de magnetizadores. Portanto, se a imaginação era capaz de promover curas tão surpreendentes, seria mais coerente com os propósitos científicos que este campo fosse aberto à reflexão e à pesquisa ao invés de ser proibido com tal veemência, como recomendado pelas comissões. Fazendo-se coro com Jussieu (1826/2004), se o médico dispusesse de um recurso terapêutico eficiente, fosse ele a imaginação ou outro agente qualquer, e submetesse seu trabalho à apreciação da comunidade científica, ele estaria contribuindo não apenas para seu paciente, mas principalmente para o avanço do conhecimento em um novo campo de investigação. Entretanto, abraçar esta coerência significava assumir uma condição de marginalidade, que incluía a rejeição de projetos de pesquisa, exclusão de instituições, tornar-se alvo de campanhas difamatórias da imprensa ou de colegas acadêmicos e até ser lançado a um profundo esquecimento histórico, como se deu com boa parte dos autores ligados ao magnetismo animal ou mesmo ao estudo da imaginação. Novamente Alexandre Bertrand é um exemplo ilustrativo, pois ao retomar a temática da

imaginação e a idéia de uma Psicologia, seu pensamento influenciou importantes autores do século XIX, como Maine de Biran, Taine, Bérghson, Janet, Richet, Bernheim, Liébeault e Coué, mas raramente é citado nas referências sobre História da Psicologia.

Tal contradição, que reforçava uma proibição tão contraditória diante de um campo com muitas possibilidades de estudo, ratificava a idéia de que a imaginação consistia em um terreno proibido ao projeto moderno de ciência. Tão proibido que a própria dimensão erótica, componente comum das relações terapêuticas (Freud, 1916/1996), assumiu ali um caráter de ameaça, embora nenhum caso de violência ou mesmo de assédio com referência a Mesmer e seus discípulos tenha sido registrado (Laurence & Perry, 1988). A esta altura torna-se possível conceber, em termos epistemológicos, porque a imaginação havia se tornado um tema sobre o qual incidia uma interdição tão intensa, um fulcro de irracionalidade e ilusões capaz de contaminar quem quer que dela se aproximasse. Como não poderia ser concebida por simples quimera, embora esta talvez fosse a intenção das comissões (Chertok & Stengers, 1989; Méheust, 1999), ela consistia numa noção renascentista que se mostrava pouco condizente com o projeto moderno de ciência, principalmente por estar imbuída de conteúdos subversivos enraizados no universo subjetivo. Tal subversão revestia-se basicamente de dois pontos que podem ser compreendidos a partir das noções de Paracelsus (citado em Koyré, 1971) para quem a imaginação seria uma potência da alma, uma forma mágica da mente de dar corpo aos pensamentos e assim transmiti-lo ao organismo ou até a outros indivíduos. Um primeiro ponto nesse sentido se deu pelo fato de que a imaginação era um processo intrínseco ao sujeito e não uma realidade separada e independente dele, como eram as realidades estudadas pela racionalidade moderna. Tratava-se de uma dimensão concebida como oposta à realidade e habitada por noções que deveriam ser proscritas da construção da ciência, como qualidade, sujeito, complexidade e construção (Demo, 2000; Neubern, 2000; 2003). Sendo impossível separar o sujeito do objeto, a imaginação tornava-se um terreno movediço pelo fato de ser ela uma realidade incerta e produzida por seu protagonista e não um fenômeno dado e externo, de onde seria possível extrair e delimitar objetos legítimos de estudo. Controlar, predizer, delimitar e quantificar tornaram-se operações praticamente impossíveis diante de um terreno tão incerto e diáfano.

Já o segundo ponto, intrinsecamente ligado ao anterior, referia-se à dúvida insolúvel e eterna trazida pela imaginação caso fosse tomada por objeto de estudo. O pesquisador jamais poderia saber se, face aos fenômenos produzidos pela imaginação, ele estaria diante de uma revelação da realidade, portanto, um processo ontológico, perene e independente, ou diante de uma produção de realidade, ou seja, um processo fugaz, etéreo e subjetivo fabricado pelo sujeito (Chertok & Stengers, 1989; Méheust, 1999; Stengers, 2002). Semelhante construção operada pelo sujeito, que abrigava alguma forma de intencionalidade, como a satisfação de uma exigência experimental ou a cura de uma doença, trazia um problema nada fácil para o projeto moderno de ciência, uma vez que situava o contexto da pesquisa como um conjunto de influências mútuas e constantes ao invés da assepsia e da neutralidade

tão intensamente buscados. Fosse o sujeito um paciente enfermo ou um voluntário experimental, ele estaria irremediavelmente ligado ao pesquisador ou médico, de maneira a cumprir suas expectativas ou ao menos o que entendesse que elas fossem. Tal vínculo com o sujeito, denominado pelos magnetizadores como *rapport*, inviabilizava ao pesquisador afirmar que estivesse implicado num processo de descoberta ou revelação da realidade, pois não teria como demonstrar que os resultados obtidos não fossem produzidos por sua influência junto ao sujeito. Mesmo as situações de cegos ou duplo-cegos, utilizadas pelas comissões, acabaram por se enredar nesse espinhoso problema da influência mútua trazida pela imaginação (Bertrand, 1826/2004; Carroy, 1991).

Assim, entre o absolutismo do método e as inúmeras armadilhas da imaginação, o magnetismo animal foi condenado a uma condição de marginalidade que foi seguida, algumas décadas depois, de sua extinção enquanto tema de interesse científico (Carroy, 1991; 1993; Crabtree, 1993; Méheust, 1999). Tal sistema de idéias assentava-se em fundamentos epistemológicos incompatíveis com o projeto moderno de ciência, ainda pouco tolerante com a diversidade, e que, além disso, possuía ideologias pouco afins com a ordem social vigente. Por tantas razões, o magnetismo animal se afigurava como uma doutrina indesejável, um sistema a ser combatido e proscrito das instituições promotoras do projeto moderno de ciência. Mais que isso, sendo o lado derrotado da guerra, era necessário que passasse para a história como uma ilusão distante, cujos autores e obras estariam condenados à marginalidade ou ao esquecimento sem jamais terem deixado qualquer contribuição significativa para a Psicologia moderna (Méheust, 1999; Neubern, 2006).

Conclusão: Para que a História Seja Recontada

A presente discussão não teve como objetivo reacender as polêmicas em torno da existência de um fluido magnético, mas o de promover uma reflexão histórica a partir de uma crítica epistemológica de maneira a questionar as versões oficiais da história da Psicologia e promover novas possibilidades explicativas sobre o assunto (Carroy, 1991; Chertok & Stengers, 1989; Crabtree, 1993; Darntorn, 1968; Ellenberger, 1970; Laurence & Perry, 1988; Méheust, 1999; Peter, 1999; Stengers, 2001, 2002). Um primeiro ponto nesse sentido é o caráter accidental do surgimento de um espaço psicológico que mais tarde daria origem a uma ciência psicológica. É correto afirmar que Mesmer (1779/2005) não tinha intenção de criar uma nova ciência, como uma Psicologia, mas apenas ser reconhecido na história como um nome que revolucionou a medicina (Crabtree, 1993; Ellenberger, 1970). Da mesma forma, a atribuição do magnetismo animal à imaginação não estava implicada com a intenção da abertura de um novo campo de estudo e pesquisa, mas numa tentativa de desqualificar a proposta de Mesmer (Méheust, 1999; Stengers, 2002). Desse modo, o surgimento do espaço psicológico ocorria em meio a acidentados, condenações e desvencilhado da intenção de seus protagonistas que estavam preocupados, em suma, com a batalha sobre a legitimidade de uma nova proposta médica. É possível considerar que esse começo tenha ocorrido de forma tão conturbada devido ao alto teor de subjetividade intrínseco ao magnetismo animal, o que o tornava um terreno proibido,

um campo contrário ao projeto moderno de ciência. Tanto o magnetismo como a hipnose, posteriormente, trouxeram em suas propostas noções epistemológicas contrárias ao paradigma dominante da ciência, principalmente no que se refere à ruptura com o isomorfismo (Neubern, 2000; 2003, 2004; Stengers, 1995, 1999).

Uma segunda questão constatada é o questionamento sobre a idéia de que a proposta de Mesmer não teria resistido às experimentações impostas pelas comissões nomeadas pelo rei. É certo que o magnetismo animal se apresentava como um campo de pesquisa bastante distinto daqueles até então colonizados pela ciência moderna, como os de domínio da física ou da química, um campo que apresentava dificuldades acentuadas, sobretudo, às noções de controle e predição, tão caras ao paradigma dominante. Neste ponto seria possível considerar que o magnetismo animal ou mesmo a imaginação, caso não fossem antecipadamente condenados, poderiam permitir a abertura de um novo campo de investigações com exigências metodológicas próprias. Entretanto, foi no seio das próprias experimentações que diversas contradições surgiram e permaneceram intocadas, passando para a história como aspectos que não poderiam ser questionados e discutidos (Méheust, 1999). Assim, ao mesmo tempo em que os comissários efetivaram todos os esforços possíveis para evitar a influência subjetiva, atribuíram a explicação de todo seu trabalho a uma causa subjetiva, a imaginação, uma causa movediça, nebulosa e maldita diante de suas próprias bases epistemológicas. Os comissários, portanto, criaram para si mesmos uma engenhosa armadilha, pois se sua intenção era a de atribuir a causalidade dos fenômenos produzidos pelo magnetismo animal a uma quimera estavam assumindo uma atitude de grande imprudência, uma vez que os fenômenos efetivamente ocorriam. Por outro lado, caso se referissem a uma causa pretensamente legítima, cometeram o grave equívoco de não submetê-la ao mesmo rigor metodológico, não defini-la dentro de uma linguagem científica e não explicá-la em seus complexos modos de ação. Em suma, as conclusões foram assentadas em bases frágeis, cujos procedimentos entraram em profunda contradição com os próprios fundamentos científicos adotados pelas comissões (Chertok & Stengers, 1989; Stengers, 2002).

Em terceiro lugar, é possível levantar que a condenação, ao contrário do que se propõe nas versões dominantes da História da Psicologia, não obedeceu apenas a aspectos metodológicos, mas também foi profundamente influenciada por processos epistemológicos, institucionais e sociais (Darntorn, 1968; Méheust, 1999). A imagem de Mesmer no meio científico já havia se desgastado de maneira considerável, fosse pelas vicissitudes ainda remanescentes de Viena, fosse pelas difamações públicas e inimigos criados nos círculos intelectuais. Além disso, suas relações com as instituições envolvidas no processo haviam passado por muitas turbulências, de maneira que as idéias sobre o magnetismo animal, quando não se encontravam proibidas, possuíam uma reputação altamente pejorativa (Bersot, 1853/2005; Crabtree, 1993). A proposta de Mesmer tornou-se, assim, um movimento contrário às aspirações de importantes instituições da sociedade francesa como a Igreja, o Estado e as academias de ciência que pareciam concebê-la como uma ameaça à ordem social vigente (Darntorn, 1968; Laurence & Perry, 1988). Desse modo, além

das incompatibilidades epistemológicas já citadas, é possível compreender que tais pressões possuíram uma influência intensa sobre os procedimentos adotados pelas comissões, sobre seus resultados e sobre as formas de contar a história a partir dos mesmos. Pode-se conceber que possuíram um papel de grande importância nas incoerências ocorridas ao longo dos processos conduzidos pelas comissões, o que ressalta a necessidade de que tais dimensões sejam melhor pesquisadas e discutidas no estudo histórico da Psicologia (Carroy, 1991; 1993 Darntorn, 1968; Edelman, 1995; Méheust, 1999).

Em suma, é possível conceber que a condenação do magnetismo animal não consistiu necessariamente em um passo de progresso no sentido de que um sistema de idéias pouco racional cedeu lugar a outro mais coerente com o projeto de ciência. O fato de que um julgamento assentado em bases tão frágeis possuiu um impacto tão profundo e marcante, a ponto de excluir ou deturpar os acontecimentos históricos, não consistiu em um passo de progresso metodológico ou de desenvolvimento da racionalidade, mas em um jogo de poder no qual o sistema mais coerente com as normas sociais e os pressupostos epistemológicos dominantes saiu vitorioso. Tal afirmativa chama a atenção para o fato de que a dimensão do poder, perpassada por tantas outras dimensões, deve merecer uma atenção maior dos historiadores da Psicologia, cujos aportes costumam se restringir a processos metodológicos e teóricos. É necessário, portanto, que além dos problemas destas alçadas, a história da Psicologia possa contemplar também os jogos políticos de força envolvendo problemas epistemológicos, institucionais, intersubjetivos e sociais que também possuem um papel fundamental na construção da ciência (Latour, 1995; Stengers, 1995). Talvez nesse rumo seja possível conceber uma forma distinta de progresso.

Referências

- Bailly, J.-S. (2004a). Rapport des commissaires chargés par le roi de l'examen du magnétisme animal. Em A. Bertrand (Org.), *Du magnétisme animal en France* (pp. 70-116). Paris: Harmattan. (Trabalho original publicado em 1826)
- Bailly, J.-S. (2004b). Rapport secret sur le mesmérisme, ou magnétisme animal. Em A. Bertrand (Org.), *Du magnétisme animal en France* (pp. 235-240). Paris: Harmattan. (Trabalho original publicado em 1826)
- Barrucand, D. (1987). *Histoire de l'hypnose en France*. Paris: Puf.
- Bellet, P. (2002). *L'Hypnose*. Paris: Odile Jacob.
- Benjafield, J. G. (1996). *A history of psychology*. Boston: Allyn & Bacon.
- Bergé, C. (1995). *L'au-delà et les lyonnais*. Lyon: Ludg.
- Bersot, H. (2005). Mesmer et le magnétisme animal. Em S. Nicolas (Org.), *Mémoire sur la découverte du magnétisme animal* (pp. XXVII-CXXXVIII). Paris: Harmattan. (Trabalho original publicado em 1853)
- Bertrand, A. (2004). *Du magnétisme animal en France*. Paris: Harmattan. (Trabalho original publicado em 1826)
- Carroy, J. (1991). *Hypnose, suggestion et psychologie. L'Invention du sujet*. Paris: Puf.
- Carroy, J. (1993). Magnétisme, Hypnose et Philosophie. Em I. Stengers (Org.), *Importance de l'hypnose* (pp. 169-192). Paris: Puf.
- Chalmers, A. (2006). *O que é ciência, afinal?* (R. Fiker, Trad.). São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1983)
- Chertok, L. (1989). *Hypnose et suggestion*. Paris: Puf.
- Chertok, L. & Stengers, I. (1989). *Le Coeur et la raison. L'hypnose en question. De Lavoisier à Lacan*. Paris: Payot.
- Crabtree, A. (1993). *From Mesmer to Freud: magnetic sleep and the roots of psychological healing*. New Haven: Yale University Press.
- Danziger, K. (1990). *Constructing the subject. Historical origins of psychological research*. New York: Cambridge University Press.
- Darntorn, R. (1968). *Mesmerism and the end of enlightenment in France*. Cambridge: Harvard University Press.
- Deleuze, J. P. F. (2004). *Histoire critique du magnétisme animal*. Paris: Harmattan. (Trabalho original publicado em 1813)
- Demo, P. (1998). *Conhecimento moderno*. Petrópolis: Vozes.
- Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Edelman, N. (1995). *Voyantes, guérisseuses et visionnaires en France (1785-1914)*. Paris: Albin Michel.
- Ellenberger, H. (1970). *The discovery of the unconscious. The history and evolution of dynamic psychiatry*. New York: Basic Books.
- Esdaile, J. (1989). *Mesmerism in India. And its practical application in surgery and medicine*. New Delhi: Asian Educational Services. (Trabalho original publicado em 1846)
- Figueiredo, L. C. (1992). *A Invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Escuta/Educ.
- Fourez, G. (1995). *A construção das ciências* (L. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Unesp. (Trabalho original publicado em 1991)
- Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Em S. Freud (Org.), *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol XV)* (J. Salomão, Trad.). Imago: Rio de Janeiro. (Trabalho original publicado em 1916)
- Gay, P. (2001). *Freud: uma vida para nosso tempo* (D. Bottman, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1989)
- Jussieu, L. (2004). Rapport de l'un des commissaires charges par le roi de l'examen du magnétisme animal. Em A. Bertrand (Org.), *Du magnétisme animal en France* (pp. 119-150). Paris: Harmattan. (Trabalho original publicado em 1826)
- Koyré, A. (1971). *Mystiques allemands du XVI siècle*. Paris: Gallimard.
- Latour, B. (1995). *La science en action*. Paris: Gallimard.
- Laurence, J.-R & Perry, C. (1988). *Hypnosis, will & memory. A psycho-legal history*. New York: Guilford Press.
- Leahey, T. (1997). *A history of psychology. Main currents in psychological thought*. New Jersey: Prantice Hall.
- Lévy, A. (1997). *Sciences cliniques et organizations sociales*. Paris: Puf.
- Méheust, B. (1999). *Somnambulisme et médiumnité. Le défi du magnétisme*. Paris: Synthélabo/Seuil.
- Mesmer, F. A. (2005). Mémoire sur la découverte du magnétisme animal. Em S. Nicolas (Org.), *Mémoire sur la découverte du magnétisme animal* (pp. 2-85). Paris: Harmattan. (Trabalho original publicado em 1779)
- Morel, P., Bourgeron, J. P & Roudinesco, E. (2000). *Au-delà du conscient. Histoire illustrée de la psychiatrie et de la psychanalyse*. Paris: Hazan.

- Morin, E. (1991). *La méthode IV. Les idées*. Paris: Seuil.
- Mueller, F. L. (1978). *História da psicologia. Da antiguidade aos dias de hoje*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Neubern, M. (2000). As emoções como caminho para uma epistemologia complexa da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(2), 153-164.
- Neubern, M. (2003). La psychologie clinique dans la crise du paradigme dominant: Du malaise aux possibilités épistémologiques. *Psychothérapies*, 23(2), 81-88.
- Neubern, M. (2004). *Complexidade e psicologia clínica. Desafios epistemológicos*. Brasília: Plano.
- Neubern, M. (2006). Hipnose e psicologia clínica. Retomando a história não contada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 346-354.
- Peter, J. (1999). *Um somnambule désordonné. L'oeuvre du Marquis de Puységur*. Paris: Synthélabo.
- Prigogine, I. & Stengers, I. (1979). *La nouvelle alliance. La métamorphose de la science*. Paris: Gallimard.
- Puységur, A.M-J C. (2001). Mémoires pour l'établissement du magnétisme animal. Em D. Michaux (Org.), *Aux sources de l'hypnose* (pp. 13-131). Paris: Imago. (Trabalho original publicado em 1784)
- Rosenfeld, A. (1993). *O Pensamento psicológico*. São Paulo: Perspectiva.
- Roudinesco, E. (1986). *La bataille de cent ans: Histoire de la psychanalyse en France*. Paris: Seuil.
- Santos, B. S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.
- Stengers, I. (1995). *L'Invention des sciences modernes*. Paris: Flammarion.
- Stengers, I. (1999). *Cosmopolitiques. La malediction de la tolérance*. Paris: Synthélabo.
- Stengers, I. (2001). Qu'est-ce que l'hypnose nous oblige à penser? *Ethnopsy. Les Monde Contemporain de la Guérison*, 3, 13-68.
- Stengers, I. (2002). *L'Hypnose: entre magie et science*. Paris: Seuil.
- Viney, W. & King, B. (1998). *A history of psychology*. Boston: Allyn & Bacon.

Recebido em 11.07.2006

Primeira decisão editorial em 02.10.2006

Versão final em 08.07.2007

Aceito em 18.08.2007 ■